



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

2891/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do arts. 48, II e 58 do Regimento Interno que seja intimado o Sr. **Nilo Gonçalves Simão**, em seu endereço residencial, para, pessoalmente, prestar informações a título de testemunha referida, nos termos art. 209, §1º do Código de Processo Penal, por ter sido mencionado em diversos depoimentos prestados a esta CPI, a exemplo:

7ª Reunião - 24/08/2023 -

(2:18:23) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Teve um veículo teve acidente não sei se foi cinquenta e cinco zero três C, ele teve aconteceu o acidente e quando ele foi para ser recolhido, ele foi encaminhado para uma outra garagem da Transimão. Existe alguma ligação aí da BH Leste com a empresa TranSimão?

Ester das Graças: O senhor Nilo, Nilo Junior, é filho do dono da Transimão, a ligação é essa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Transimão está operando o nome, está usando o nome da BHLeste?

Ester das Graças: Não. BHLeste operando, a BHLeste tem o pessoal operacional dela específico, tem os funcionários contratados, tem a garagem onde ela atua, e responde pelos veículos, os 104 veículos das quais eu falei, ela operacionaliza os 914 viagens de dias úteis.

(2:19:15) Ver.(a) Loíde Gonçalves: E por que que este veículo foi para essa garagem? Transimão.

(2:19:20) Ester das Graças: Para análise da avaria. Por causa de espaço, por causa de realmente assim, de análise do acidente em si, não, aliás nem foi um acidente, esse veículo não estava em viagem. Esse veículo a motorista percebeu um problema mecânico nesse carro, ligou para garagem foi instruída parar e fazer o transbordo desses passageiros para outro ônibus, ela ficou aguardando o socorro, o socorro ao fazer a remoção desse carro por uma imperícia lá na hora, esse carro veio a bater contra o poste.

Eu fui no local desse acidente, então assim, nós optamos por recolher esse carro para garagem da Transimão para poder fazer uma análise

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA: 25/10/2023

HORA: 18:57

516673



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de como seria restaurado esse carro.”

[...]

9ª Reunião - 28/08/2023

(11:06) Nilo Gonçalves Simão Junior: Então, por volta ali de final do ano passado, eu estava, apesar de não estar mais trabalhando com meu pai, eu estava participando de uma negociação que havia entre... eu for falar em nome de pessoa física então assim por favor, se a dívida for entre empresas, não estou sendo tão preciso em termos, nos termos.

(11:47) Mas eu estava fazendo uma negociação, de uma dívida que o Sr. Rubens Lessa, tinha com o meu pai, uma dívida que estava já muito estressada, enfim, a dívida estava em deflato e clima estava, os ânimos não estavam muito bons. Então acabou que eu estava negociando.

[...]

10ª Reunião - 31-08-2023:

(1:36:28) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor já fez algum negócio com a empresa do grupo Transimão?

Fabiano Borges: Sim, no meu retorno em 2016 eu fiz um negócio com o Sr. Nilo, na coletiva Asa Norte.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E o Sr. então já fez, já teve negócio com a empresa Transimão?

Fabiano Borges: Eu adquiri os ativos da Coletiva Asa Norte, que era consorciada na época em 2016. Aí ela saiu do sistema e eu opero hoje a TransOeste com a participação deles.

Sugiro que seja designada a data de 09/11/2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes.

Belo Horizonte, 15 de Outubro de 2023.

ELIZETE LOIDE

GONCALVES

TAVARES:04841792686

Assinado de forma digital por

ELIZETE LOIDE GONCALVES

TAVARES:04841792686

Dados: 2023.10.25 15:56:50 -03'00'

Vereadora **Loíde Gonçalves**

Relatora - Podemos/MG

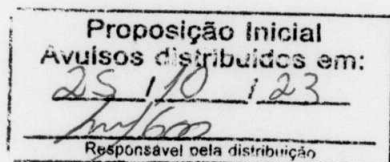


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ao Excelentíssimo Senhor

Vereador Jorge Santos

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Ônibus Sem Qualidade





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **2788/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. André Dantas, Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, pedido de informação com questionamentos acerca da supressão de viagens e do atraso de viagens no sistema convencional de transporte coletivo de Belo Horizonte.

Dentre os inúmeros problemas apontados pela população em relação ao transporte público, um dos mais relatados pelos passageiros é superlotação das linhas, que têm ligação direta com os atrasos nas viagens e supressão de viagens programadas.

Considerando este panorama, solicita-se as seguintes informações, conforme os dados oficiais do sistema de controle da tacom:

1. **Listagem das 25 piores linhas que operam o transporte público convencional, considerando como indicador o percentual de viagens não realizadas** (Para apuração solicita-se que sejam considerados dados levantados a partir de 08 de julho de 2023.)
2. Ainda, considerando a listagem acima informada, solicita-se detalhamento do percentual de viagens não realizadas para cada uma das 25 linhas, e qual empresa responsável pela operação.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 17.10.23
HORA. 14:25

511 6482



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. **Listagem das 25 piores linhas que operam o transporte público convencional, considerando como indicador o percentual de viagens atrasadas** (Para apuração solicita-se que sejam considerados dados levantados a partir de 08 de julho de 2023.)
4. Ainda, considerando a listagem acima informada, solicita-se detalhamento do percentual de viagens atrasadas para cada uma das 25 linhas. e qual empresa responsável pela operação.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2023.

GABRIEL SOUSA
MARQUES DE
AZEVEDO:01466629622

Assinado de forma
digital por GABRIEL
SOUSA MARQUES DE
AZEVEDO:01466629622
Dados: 2023.10.17
17:19:04 -03'00'

Vereador Gabriel

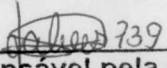
Ao Senhor

Vereador Jorge Santos

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - Ônibus sem qualidade

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

18 / 10 / 23


Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 2788/2023

Solicitação relativa a:

- (x) Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa
() Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
() Envio de Ofício
() Juntada de Documentos
() Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
() Apresentação de Moção de autoria da Comissão
() Outros tipos: _____

A Comissão Parlamentar de Inquérito deliberou por:

- () alterar oralmente as características da solicitação aprovada.
() adiar a apreciação do requerimento.
() rejeitar o requerimento.
(X) aprovar o requerimento.
() outros: _____

16ª Reunião

Em 23 / 10 / 2023

Presidência da reunião - ASSINATURA

Vereadora/Vereador George Santos

Avulsos distribuídos em:

23 / 10 / 2023

88 - 640

Secapc

Responsável Divapc: Maxina / Rafael

Responsável Divcol: Priscila



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

17ª REUNIÃO

CPI – Ônibus sem qualidade

Requerimento 873/2023

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.



protocolo dirleg <protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br>

Fwd: OFICIO 8.477/23 - CÂMARA MUNICIPAL - PARA ANÁLISE

1 mensagem

DIVAPC Diretoria de Assessoramento ao Plenário e às Comissões

25 de outubro de 2023 às

<divapc@cmbh.mg.gov.br>

12:51

Para: "Dirleg, Protocolo" <protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br>

Boa tarde!

Favor receber como "outros documentos".

Se possível, vincular ao Requerimento de Comissão nº 2742/2023.

Trata-se de pedido de dilação de prazo para resposta. O que deve constar é a mensagem no corpo do e-mail, e não o anexo.

Obrigado!

----- Forwarded message -----

De: **protocolo dirleg** <protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br>

Date: ter., 24 de out. de 2023 às 16:51

Subject: Fwd: OFICIO 8.477/23 - CÂMARA MUNICIPAL - PARA ANÁLISE

To: DIVAPC <divapc@cmbh.mg.gov.br>

----- Forwarded message -----

De: **Augusto Neri** <augusto.neri@hotmail.com>

Date: ter., 24 de out. de 2023 às 16:42

Subject: OFICIO 8.477/23 - CÂMARA MUNICIPAL

To: protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br <protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br>

Prezados,

REF:

OF. DIRLEG: 8.477/23

Requerimento de Comissão 2.742/23 e 2.058/23

Relativamente ao requerimento anexo, a empresa requer dilação do prazo para atendimento, por mais dez dias, haja vista que a documentação está sendo reunida.

Sds,

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 29/10/23
HORA: 16:42

Augusto César Vieira Neri
Advogado
OAB-MG: 135.487
Fone: 31.9.9236.1222 (TIM - WhatsApp)

XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

De: Mayla Cristina
Enviado: quarta-feira, 18 de outubro de 2023 09:41
Para: 'Augusto Neri'
Cc: 'Fabiano Borges'
Assunto: OFICIO 8.477/23 - CÂMARA MUNICIPAL

Bom dia Augusto,

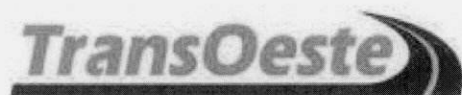
Em anexo solicitação da câmara que recebemos ontem.

Aguardo retorno.

Atenciosamente,

Mayla Cristina

Recursos e Sinistros



TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.
Rua Flor de Pitangueira, nº 120, Mineirão, Belo Horizonte.
Tel: (31) 3387-4647



25/10/2023 12:59

E-mail de BELO HORIZONTE CAMARA MUNICIPAL - Fwd: OFICIO 8.477/23 - CÂMARA MUNICIPAL - PARA ANÁLISE

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Cmbh

--

Eliana Wiermam de Melo

Chefe da Divisão de Assessoramento ao Plenário e às Comissões - Divapc

9 99535434 - ramal 1379



BRNB4220049D5F5_037982.pdf

1091K



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 8.477/23

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2023

Senhora Adenilda Borges Vieira,

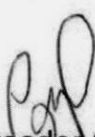
Informo a Vossa Senhoria que foi aprovado, na Comissão Parlamentar de Inquérito – Ônibus sem qualidade, em 11/10/23, o Requerimento de Comissão nº 2.742/23, de autoria do vereador Jorge Santos, dirigido à Transoeste.

Cumpre esclarecer que, conforme o Requerimento de Comissão nº 2.058/23, aprovado por essa Comissão, o prazo para o cumprimento do pedido é de 5 dias úteis, a partir da data de recebimento por Vossa Senhoria.

A resposta a este Requerimento de Comissão pode ser encaminhada em via impressa ou pelo e-mail protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br. Em caso de resposta impressa que ultrapasse 100 laudas, solicita-se o encaminhamento do volume também em meio digital, em mídia física ou por e-mail.

Segue, anexa, cópias do Requerimento de Comissão nº 2.742/23 e do Requerimento de Comissão nº 2.058/23.

Atenciosamente,


Vereador Gabriel
Presidente

Recebido por:	<u>Felipe Borges</u>
	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE:	_____
Órgão:	_____
Em	<u>17/10/2023</u>
Hora:	<u>12:40</u>
Prazo para resposta até	___/___/___

À Senhora
Adenilda Borges Vieira
Representante Legal da Empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda
Rua Flôr de Pitangueira, nº 119 A/B, Bairro Nova Independência
/part



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº **2742/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, à Empresa BHLeeste Transportes S.A e à Empresa TRANSOESTE, pedido de informação para a apresentação dos seguintes documentos:

- Laudos de manutenção de todos o veículos desde o início do ano de 2020 até a presente data.

Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta do requerimento seja estabelecido em 5 (cinco) dias úteis.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ DOS
SANTOS:023770
68731

Assinado de forma digital por JORGE
LUIZ DOS SANTOS:02377068731
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUT/I
Multiple VS, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A1,
cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2023.10.09 15:39:11 -03'00'

JORGE SANTOS
Vereador - REPUBLICANOS

Ao Senhor

Vereador Jorge Santos

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Ônibus sem qualidade

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>10/10/23</u>
<u>1100</u>
Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME

DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA: 09/10/23

HORA: 15:47

511 6576



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 2742 / 2023

Solicitação relativa a:

- ☒ **Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa**
☐ **Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa**
☐ **Envio de Ofício**
☐ **Juntada de Documentos**
☐ **Apresentação de Indicação de autoria da Comissão**
☐ **Apresentação de Moção de autoria da Comissão**
☐ **Outros tipos:** _____

A Comissão Parlamentar de Inquérito deliberou por:

- ☐ **alterar oralmente as características da solicitação aprovada.**
☐ **adiar a apreciação do requerimento.**
☐ **rejeitar o requerimento.**
☒ **aprovar o requerimento.**
☐ **outros:** _____

15ª Reunião


Presidência da reunião - ASSINATURA

Em 11 / 10 / 2023

Vereadora/Vereador Leide Gonçalves

Avulsos distribuídos em:

11, 10, 23
2614
Secapc

Responsável Divapc: Rafael e Michelle

Responsável Divcol: Raphaella



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

2058/2023

º _____

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja adotado o entendimento exarado no Parecer PROLEG 172/2021 de que para "resposta aos requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderá ser adotado o prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 218, § 3 2, do Novo Código de Processo Civil, contados a partir do recebimento pelo destinatário".

Ainda nos termos do citado parecer ressalta-se que "o Presidente da Comissão não possui liberdade para fixar prazo obrigatório inferior àquele determinado pela lei." e que "referindo-se o requerimento a informações complexas ou volume significativo de documentos, é dever da comissão ampliar o prazo de atendimento, utilizando de razoabilidade e bom senso, em harmonia com a norma do art. 139, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil, observando-se os parâmetros básicos mencionados nos parágrafos 54 a 56."

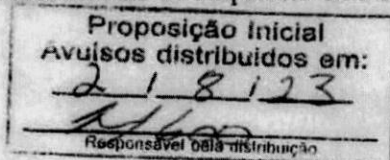
Belo Horizonte, 31 de julho de 2023.

Vereadora Lóide Gonçalves
Relatora

Ao Senhor

Vereador Jorge Santos

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Ônibus sem qualidade



SIL 5225

CH04_DIRETO-01/ago/23-49:50:21-000453-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 2058/2023

Solicitação relativa a:

() Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa

() Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa

() Envio de Ofício

() Juntada de Documentos

() Apresentação de Indicação de autoria da Comissão

() Apresentação de Moção de autoria da Comissão

(X) Outros tipos: Adoção do PROLEG 172/21

A Comissão Parlamentar de Inquérito deliberou por:

() alterar oralmente as características da solicitação aprovada.

() adiar a apreciação do requerimento.

() rejeitar o requerimento.

(X) aprovar o requerimento.

() outros: _____

5ª Reunião

Em 03/08/23

X 15/08
Presidência da reunião - ASSINATURA

Vereadora/Vereador George Santos

Avulsos distribuídos em:

03/08/23

8614
Secapc

Responsável Divapc: Rafael

Responsável Divcol: Crana

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

EM 25/10/23

MR 685
Responsável pela distribuição

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Ofício nº 7086/2023/SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS NF 0024.23.016484-0

Belo Horizonte - MG, data da assinatura eletrônica

Ilustríssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte**GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO**Av. dos Andradas, 3.100, Bairro Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG
CEP: 30260-900

Assunto: Notícia de Fato n. 0024.23.016484-0.

Prezado Senhor:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu Promotor de Justiça subscritor, notifica Vossa Senhoria acerca do arquivamento da Notícia de Fato nº MPMG-0024.23.016484-0. Para tanto, encaminha-lhe cópia da decisão em anexo.

Nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução PGJ nº 57/2022, caso Vossa Senhoria discorde da decisão de arquivamento, poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da presente notificação, apresentar recurso administrativo, com as respectivas razões, a ser protocolado no endereço inframencionado (com referência expressa ao nº da presente Notícia de Fato).

A resposta deverá ser encaminhada, preferencialmente, para o e-mail pj14consumidor@mpmg.mp.br, mencionando-se o número deste ofício e da Notícia de Fato.

Atenciosamente,

FERNANDO FERREIRA ABREU
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FERREIRA ABREU, COORDENADOR DE REGIAO**, em 09/10/2023, às 16:32, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador 6118918 e o código CRC 80F6AEE9.

Notícia de Fato SRU n.º: 0024.23.016484-0

Representados: VIAÇÃO TORRES LTDA., VIAÇÃO TRANSOESTE LTDA. - CONSÓRCIO
BHLESTE

A presente Notícia de Fato versa sobre suposta irregularidade consumerista, consistente na má prestação do serviço de transporte coletivo por parte das empresas representadas. Informa, também, sobre possíveis irregularidades no cumprimento do contrato de concessão do serviço pelas concessionárias.

É o breve relato.

Insta esclarecer que os fatos narrados, relativos à má prestação do serviço de transporte, já estão sendo apurados por este órgão ministerial, especializado na Defesa do Consumidor, nos autos do procedimento administrativo nº 0024.22.021783-0.

Com relação à notícia de possíveis irregularidades no cumprimento do contrato de concessão pelas concessionárias, verifica-se que a matéria guarda relação com aspectos do Direito Administrativo não sendo, portanto, atinente a esta Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

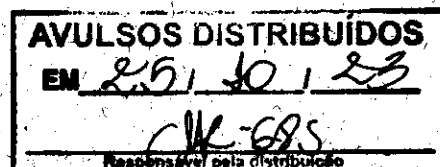
Diante do exposto, promovo o arquivamento do presente procedimento, nos termos do artigo 2º, III, da Resolução PGJ nº 57/22 e determino a notificação da reclamante sobre a presente decisão.

Determino, também, que seja encaminhada cópia dos autos à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com devido registro no sistema SRU, para conhecimento e providências cabíveis.

Proceda-se ao encerramento dos autos nesta Promotoria, registrando-se no Sistema de Registro Único - SRU, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução PGJ nº 57/22

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.


Fernando Ferreira Abreu
Promotor de Justiça



EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA A PARTIR DO REQUERIMENTO 873/2023 – VEREADOR JORGE SANTOS.

Referência: Requerimento de Comissão nº 2744/2023

NILO GONÇALVES SIMÃO JÚNIOR, representado por seu advogado, abaixo assinado, em atenção ao Requerimento de Comissão em epígrafe, vem à presença da Comissão Parlamentar de Inquérito presidida por V.Exa. expor e requerer nos seguintes termos:

O peticionário tomou conhecimento, por meio de empregados de uma garagem da Transimão, situada no Bairro Ermelinda, nesta Capital, de uma intimação dirigida ao seu pai, Sr. Nilo Gonçalves Simão, para que este seja inquirido, no dia 26/10/2023, às 10:30 horas, como testemunha, pelos membros da CPI com a finalidade de (sic) *“prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano”*, conforme transcrito **literalmente** do Requerimento nº 2744/2023 que deu azo à aludida intimação.

O Sr. Nilo Gonçalves Simão (**“Nilo pai”**) é pai do Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior (**“Nilo Júnior”**), ora peticionário e *beneficial owner* da “BH Leste Transportes S.A.”, que, por sua vez, vem sendo enquadrado, sob o ponto de vista prático, como investigado na CPI, o que se infere, por exemplo, do fato de, na mesma assentada em que a CPI determinou sua intimação como “testemunha” (Req. 2165/2023), ter determinado fosse dada ciência da sua petição (apresentada **espontaneamente** à CPI) à Secretaria da Receita Federal (Req. 2162/2023), Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Req. 2163/2023) e Ministério Público do Trabalho (Req. 2164/2023). **Não é o que normalmente se faz com uma testemunha, mas sim com um investigado.** Mesmo diante deste enquadramento prático, imbuído da sua habitual boa-fé e contrariando a orientação prévia que recebeu do causídico que esta subscreve, o peticionário prestou compromisso, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal e foi inquirido de modo minucioso, prestando sereno, substancioso e ininterrupto depoimento ao longo de duas horas e meia. Apesar da clareza solar com que depôs, ao que parece remanesceram dúvidas no entendimento dos membros da CPI que decidiram, no desiderato de saná-las, ouvir o pai do peticionário em inquirição designada para a próxima quinta-feira, dia 26/10/2023, às 10:30 horas.

O Sr. Nilo pai não recebeu a intimação porquanto equivocadamente enviada para o endereço de uma garagem no Bairro Ermelinda e não para sua residência, em Belo Horizonte, onde mora há quase trinta anos. A intimação foi recebida por empregados que ficaram apreensivos pelo fato do Sr. Nilo pai não ter ido à garagem na semana que antecedeu à presente, de modo que, mesmo não estando autorizados, fizeram contato com o ora peticionário (porquanto filho do destinatário da intimação) e o informaram da situação. Imediatamente, o peticionário fez contato telefônico com seu pai e soube que este estava em viagem no estrangeiro, não tendo tomado conhecimento da intimação antes da sua partida. Portanto, considerando a impossibilidade de retornar a tempo, o Sr. Nilo pai não conseguirá comparecer à sessão de inquirição designada para (sic) *“prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior em oitiva realizada nesta Comissão no dia 28 de Agosto deste ano”*.

Demais disso, mesmo que tivesse sido intimado, antes de ter saído em viagem, para comparecer à sessão de inquirição, o Sr. Nilo pai não poderia prestar compromisso na forma do art. 203 do Código de Processo Penal. É que o **art. 206 do Código de Processo Penal**, subsidiariamente aplicável às sessões da CPI por força do art. 58, §1º, do Regimento Interno da CMBH, estabelece que **a testemunha poderá se eximir da obrigação de depor quando for ascendente da pessoa a respeito da qual versa o depoimento**, no processo penal o acusado e, na CPI, em razão da subsidiariedade, o investigado que é o caso do Sr. Nilo Júnior, ora peticionário, a despeito de qualquer amenização ou eufemismo empregado na nomenclatura por meio da qual ele é referido, como já se demonstrou no início da presente manifestação. E mais, o **art. 208 do mesmo Código de Processo Penal** é taxativo ao estabelecer que **não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 às pessoas a que se refere o art. 206, no caso em tela o ascendente do investigado**. Anote-se, por oportuno, que as disposições do Código de Processo Penal, aplicáveis à CPI por força do disposto no Regimento Interno da CMBH, foram inteiramente recepcionadas pela **Constituição Federal** de 1988 que em seu art. 5º, III, estabelece que ninguém será submetido (sic) *“a tratamento desumano ou degradante”* como seria o caso de obrigar um pai a testemunhar em desfavor de um filho. Na escala das degradações, pouca coisa ou quase nada seria mais degradante, desumano, vexatório e constrangedor do que forçar um pai, ainda mais tratando-se de idoso, a fazer isso contra o filho.

Esclareça-se, por oportuno, que mesmo inexistindo qualquer desconformidade ou falsidade no depoimento prestado pelo Sr. Nilo Júnior, ora peticionário, ainda assim, seria **desumano e degradante** que o Sr. Nilo pai prestasse testemunho, eis que uma palavra inadequada ou uma frase mal formulada poderia injustamente prejudicar o seu filho, algo suscetível de ocorrer considerando tratar-se de homem octogenário, com graves problemas de saúde e inábil no uso do vernáculo. Foi

pensando nesse tipo de situação que o legislador federal excepcionou, no caso do pai, a obrigação de testemunhar em interrogatório que possa ser desfavorável a seu filho.

Todos os fundamentos até aqui apresentados são sublimes no sentido de demonstrar a **inviabilidade jurídica** da inquirição do Sr. Nilo pai, como testemunha na CPI, mas, de todo modo, impende salientar outro aspecto circunstancial que tornaria imprestável a inquirição do Sr. Nilo pai, mesmo que intimado regularmente após retornar da sua viagem e tendo violado o seu direito de recusar-se a testemunhar contra seu filho: **o Sr. Nilo pai não atua no sistema de transporte de Belo Horizonte e não participou da negociação mencionada pelo Sr. Nilo Júnior em seu depoimento, pois quem esteve, de fato, à frente da negociação, foi o seu filho. O depoimento do Sr. Nilo pai seria absolutamente vazio e imprestável, repita-se.**

Ante o todo exposto, considerando que **o Sr. Nilo pai não atua no sistema de transporte de Belo Horizonte e sabe absolutamente NADA a respeito dos fatos que permeiam a investigação realizada pela CPI, e, ainda, é pai do investigado** sendo que a legislação pátria lhe garante o direito de se recusar a depor (o que certamente fará, caso seja intimado após seu retorno do estrangeiro), sendo *“dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”* conforme comando cogente do art. 10, §3º do **Estatuto do Idoso**, Lei Federal nº 10.741/2003, **o ora peticionário requer, com o máximo respeito, seja definitivamente cancelada a inquirição do seu pai.**

É o que requer, pelo que pede deferimento.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2023.

FABIO HENRIQUE
QUEIROZ:8143086
8600

Assinado de forma digital por FABIO HENRIQUE
QUEIROZ:81430868600
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=VALID, ou=AR CERTDATA, ou=Certificado
Digital, ou=16986332000127, cn=FABIO HENRIQUE
QUEIROZ:81430868600
Dados: 2023.10.25 13:14:08 -03'00'

FÁBIO HENRIQUE QUEIROZ
Advogado, OAB/MG 90.410

